



AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA
Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação de Administração

OFÍCIO Nº 2917/2023/COAD/DPOA/AEB

Brasília, 09 de maio de 2023.

Ao Senhor

EDUARDO QUARESMA HAGE

Gerente Comercial

Ágil – Empresa de Vigilância Ltda.

SOF/Norte Quadra 4 Conjunto D Lote 7/10

CEP: 70.634-440 – Brasília/DF

Assunto: Contratação de Jovens Aprendizes - Ágil – Empresa de Vigilância Ltda.

Senhor Gerente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, faço referência ao Ofício Ágil Vigilância 024/2023, por meio do qual encaminha solicitação referente à contratação de jovens aprendizes no **Contrato nº 25/2022** celebrando entre a AEB e a empresa Ágil.

2. Em resposta, informo que o objeto do referido contrato é a prestação de serviço de vigilância armada e, conforme estabelecido no art. 403 e ss da CLT, trata-se de uma função que o menor aprendiz não pode exercer, uma vez que a sua saúde física estaria comprometida, *in verbis*:

Art. 403. É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 2000).

Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a freqüência à escola. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 2000)

a) revogada; (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 2000)

b) revogada. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 2000)

Art. 404 - Ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 (vinte e duas) e as 5 (cinco) horas.

Art. 405 - Ao menor não será permitido o trabalho: (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

I - nos locais e serviços perigosos ou insalubres, constantes de quadro para êsse fim aprovado pelo Diretor Geral do Departamento de Segurança e Higiene do Trabalho; (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

II - em locais ou serviços prejudiciais à sua moralidade. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967, grifo nosso)

3. Por fim, o entendimento do TST nesses casos, é que a quantidade de funcionários com função de vigilante ou escolta armada é excluída da contagem para a cota de Jovem Aprendiz, vejamos:

“CONTRATO DE APRENDIZAGEM. MENOR APRENDIZ. EMPRESAS DE VIGILÂNCIA. ATIVIDADE DE RISCO. Não obstante o artigo 429 da CLT disponha que os estabelecimentos de qualquer natureza

são obrigados a contratar menores aprendizes no percentual de cinco a quinze por cento, os demais dispositivos que também tratam da matéria demonstram a preocupação do legislador em compatibilizar a exigência prevista no mencionado artigo da CLT com o local e a atividades que serão desenvolvidas pelo menor aprendiz. É inconteste a importância que foi relegada ao adequado desenvolvimento físico, moral e psicológico do aprendiz menor de idade na realização das atividades práticas de aprendizagem, ou seja, o aplicador do direito deve nortear-se pelo afastamento do exercício de atividades inadequadas e em locais que coloquem em risco a saúde do menor aprendiz. **As empresas de segurança privada, de segurança eletrônica, de cursos de formação e transporte de valores desenvolvem atividades caracterizadas de forma, irrefutável, como de risco e, consequentemente, em ambientes impróprios ao convívio de menores aprendizes. Nesse contexto, é certo afirmar que não há permissão para, no caso vertente, impor a contratação de menores aprendizes.** Recurso de revista não conhecido.” (TST, RR-64600-68.2006.5.10.0017, Rel. Min. Dora Maria da Costa, 8ª Turma, DEJT de 19/8/2011, grifo nosso).

4. Ademais, ainda que se pudesse contratar jovem aprendiz, o contrato prevê apenas 2 postos de trabalho de vigilância armada e, portanto, apenas estabelecimentos com mais de 7 empregados é que se enquadrariam nos 15% (máximo) exigidos.
5. Nesse contexto, conclui-se pela inviabilidade de contratação de jovem aprendiz no quadro de pessoal do contrato vigente.

Atenciosamente,

CLODOVIL FERNANDES SIQUEIRA

Diretor Substituto de Planejamento, Orçamento e Administração



Documento assinado eletronicamente por **Clodovil Fernandes Siqueira, Diretor Substituto**, em 10/05/2023, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.aeb.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0236141** e o código CRC **4C1E4828**.

Área 5, Quadra 3, Bloco A, Térreo, Sala 003 - Bairro Setor Policial Sul, Brasília/DF, CEP 70610-200, Telefone: (61) 2033-4000, - <http://www.aeb.gov.br>

SEI nº 0236141

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01350.000325/2019-01